

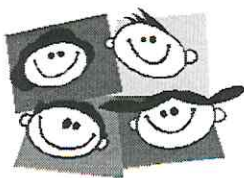
**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente de  
Caruaru**

Criado pela Lei Municipal nº 3.362/91  
Rua Rádio Clube de Pernambuco, 47 -  
Maurício de Nassau, Caruaru - PE  
Fone/Fax 3719-1742

1

1 **ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS**  
2 **DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU-PE, REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE**  
3 **2023**

4 Às quinze horas do dia 17 de julho de 2023 estiveram presentes na sede do COMDICA os  
5 seguintes conselheiros: Josefa Silva Santos (Lions) (vice-presidenta), Clemliton Fernando  
6 Barbosa (CEPA) (secretário) e Verônica Alves da Silva (COMVIVA). Também presentes à  
7 reunião: Inês Lira (CRAS Centenário), Jonathan Ferreira de Arruda (Projeto Som da Serra),  
8 Jefferson Pereira da Silva (CRAS Xikuru), Manuela de Lima Silva Leite (Atipicamente Orgulho  
9 Down), Roberto (Boi Tira Teima, representando o território Rendeiras). Da equipe do Centro  
10 Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS estiveram:  
11 Rainara, Débora de Fátima da Silva, José Claudio Barros, Aldelir, Renata. A vice-presidenta  
12 iniciou a reunião dando as boas-vindas às pessoas presentes e justificando as ausências de  
13 Paulo Augusto Santos Silva (presidente) e Rubenísio Medeiros (SEDUC), ao longo da reunião  
14 outros/as conselheiros justificaram a falta: Ubirajara (Lar da Criança), Carina (suplente  
15 COMVIVA), Danúbia (SEFAZ), Nelson Diniz (Câmara de Vereadores). Como não haveria  
16 necessidade de aprovação do material a ser apresentado, a reunião pode seguir seu curso. A  
17 finalidade é repassar o resultado dos encontros territoriais realizados pelo CIEDS – Projeto Redes  
18 de Territórios pela Infância, com o intuito de que possa o material servir de subsídios para a  
19 construção de políticas públicas. Já de início expuseram (Débora Silva, José Claudio) resultados  
20 preliminares dos encontros, exemplificando: conhecimento das organizações, projetos e  
21 pessoas que trabalham no território, iniciativas de colaboração mútua. O objetivo que tem guiado  
22 as ações, conforme apresentado: Promover Redes de Impacto Coletivo na prevenção, promoção  
23 e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Caruaru-PE e entorno,  
24 otimizando recursos e saberes locais e potencializando fluxos de atendimento e  
25 encaminhamentos que garantam o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. O  
26 *Mapa da Identidade* foi, seguindo a exposição, uma ferramenta de caráter qualitativa elaborada  
27 para identificar a atuação relacionadas aos cinco direitos da criança e do adolescente presentes  
28 no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os cinco direitos são os seguintes: 1 – Direito  
29 à vida e à saúde (Art. 7 ao 14); 2 – Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Art. 15 ao 18);  
30 3 – Direito à convivência familiar e comunitária (Art. 19 ao 52); 4 – Direito à educação, à cultura,  
31 ao esporte e ao lazer (Art. 53 ao 59); 5 – Direito à profissionalização e à proteção no trabalho  
32 (Art. 60 ao 69). O propósito, pois, desse mapa é identificar a potência em relação ao  
33 cumprimento dos direitos supracitados, bem como as violações. No primeiro encontro, realizado  
34 em novembro/2022, o objetivo foi conhecer os atores sociais presentes nos territórios, teve o  
35 seguinte tema como central: *conexão*. O segundo, ocorrido em março/23, o *mapa da infância*  
36 como tema central, ou seja, quais as violações de violações percebidas no território e o que  
37 estava sendo realizado. Neste encontro apresentaram, como ferramenta, a *paleta de*  
38 *intensidades*, para conhecimento das principais potencialidades e vulnerabilidades, a partir dos  
39 cinco direitos fundamentais das crianças e adolescentes, apresentados acima. Perguntas são  
40 apresentadas para facilitar este entendimento, por exemplo: (1) Em sua comunidade há crianças  
41 que não frequentam a escola?, (2) Quais as razões?, (3) O transporte escolar oferece acesso à  
42 escola? Esta última pergunta, comentaram, foi suscitada pelas pessoas participantes que



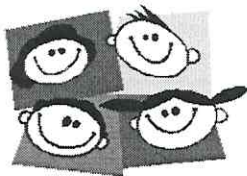
**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente de  
Caruaru**

Criado pela Lei Municipal nº 3.362/91  
Rua Rádio Clube de Pernambuco, 47 –  
Maurício de Nassau, Caruaru - PE  
Fone/Fax 3719-1742

2

1 referiram a dificuldade dos/as adolescentes, estudantes do ensino médio, frequentarem à escola,  
2 por falta do transporte regular. O terceiro encontro, ocorrido em abril/23, buscou uma agenda  
3 comum. A partir da *paleta de vulnerabilidades*, quais as prioridades que poderiam ser elencadas,  
4 para um plano de ação integrado. Serviram-se neste encontro da ferramenta *árvore de*  
5 *problemas*, com foco em identificar temas centrais para a construção dos planos de ação,  
6 aprofundando a análise de causas e consequências das violações priorizadas. O último encontro  
7 (quarto), realizado em maio/2023, foi para estruturar as informações obtidas numa estrutura de  
8 plano de ação. Os encontros foram desenvolvidos, em suma, seguindo o seguinte roteiro: 1º  
9 encontro – Quem somos e o que fazemos no território; 2º – Principais violações de direitos de  
10 crianças e adolescentes, O que já está sendo feito; 3º – Prioridades para o plano de ação; 4º –  
11 Desenho de estratégias e responsabilidades. Esse foi, portanto, o ciclo de encontros territoriais  
12 ocorridos. No território do Salgado, por exemplo, o problema principal detectado foi: abuso e  
13 exploração sexual infantil, propuseram-se, através de plano de ação, a conscientizar a  
14 população para esta problemática. Outro exemplo que foi dado: a dificuldade de jovens em  
15 acessar serviços por impossibilidade de custear transporte coletivo. Numa situação como esta,  
16 como explicitado, a solução pode exigir que as pessoas organizadas em rede possam pleitear  
17 ao poder executivo a garantia do direito de ir e vir, a gratuidade do serviço, ultrapassando a  
18 possibilidade de resolução com ações simples ou exclusivas do próprio território. Neste  
19 momento, uma das integrantes da comissão do CIEDS recordou que já no primeiro encontro,  
20 cujo tema foi conexão, produziu-se um guia com instituições que não estavam ainda registradas  
21 no COMDICA, informação que será disponibilizada para possíveis aproximações. A conselheira  
22 Verônica fez um aparte para saber se as mudanças solicitadas no perfil das organizações sociais  
23 foram absorvidas/retificadas em uma nova versão produzida pelo CIEDS. Mostrou também a  
24 necessidade dos/as técnicos/as (educadores/as) poderem revisitar as respostas dadas, para  
25 observarem se estão de acordo com o pretendido. Membros da equipe do CIEDS garantiram  
26 que a revisão do questionário, sobretudo nas perguntas que poderiam estar gerando equívocos  
27 nas respostas, como, por exemplo, a que sugeria haver trabalho de profissionalização com as  
28 crianças em organizações sociais. Houve concordância na implicação de uma resposta  
29 equívoca no conjunto das respostas e o entendimento do necessário cuidado, de ambas as  
30 partes, – de quem elabora e de quem responde, em perguntar e responder (digamos) –  
31 corretamente. Verônica afirmou, de maneira categórica, que considera o perfil a raiz, o central  
32 de toda a contribuição do trabalho do CIEDS. Neste momento, Débora Silva enfatizou que o  
33 território é composto de organizações sociais e agentes públicos, introduzindo, assim, as  
34 apresentações de planos de ações pelos representantes de territórios presentes à reunião. O  
35 representante do território das Rendeiras começou referindo a dificuldade de reunir o grupo,  
36 tinham marcado uma reunião para o dia 26/jun., sem atentarem para o fato de que era período  
37 junino, depois, como essa não aconteceu, pensaram outra data, que também não se efetivou.  
38 Analisa haver uma dificuldade em trabalhar em rede. Verônica considera haver sensibilidade,  
39 pois as pessoas, que trabalham em organizações sociais, concentram esforços até meados de  
40 agosto para enviar projetos para a continuação dos projetos no ano seguinte. Débora (CIEDS)  
41 apresentou o plano de ação das Rendeiras, que teve como temas prioritários: (1) ausência de  
42 atividades em rede; (2) promoção de saúde mental. Em relação ao primeiro tema, o objetivo

6

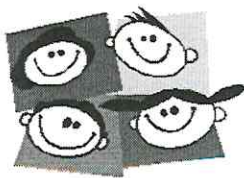


**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente de  
Caruaru**

Criado pela Lei Municipal nº 3.362/91  
Rua Rádio Clube de Pernambuco, 47 -  
Maurício de Nassau, Caruaru - PE  
Fone/Fax 3719-1742

1 seria fortalecer algumas potencialidades já apontadas da rede. Quanto ao segundo tema:  
2 promover a saúde mental através da cultura, do esporte e do lazer. Cada atividade apontada  
3 (palestras, dança, capoeira, karatê, encontro com as famílias) vai na direção, conforme  
4 apresentado, de realizar os objetivos. A representante do território do Vassoural 1 (Manuela  
5 Lima) fez a apresentação do tema prioritário, objetivo e ações. O tema prioritário: a faixa de  
6 acompanhamento, informação e atendimentos, leva à negligência ou violência doméstica e  
7 familiar. O objetivo: realizar o levantamento das famílias mais vulneráveis. Ações: formulários com  
8 as informações, ciclo de palestras para as pessoas responsáveis, entre outras. No plano de ação  
9 integrado do Centenário surgiram como temas prioritários: abuso sexual infantil – combate;  
10 desnutrição e fome; saúde mental – abuso e exploração sexual. Em uma intervenção da  
11 conselheira Verônica, destacou a importância de envolver não só o COMDICA, mas outros  
12 conselhos, solicitando inclusive apoio financeiro para realização das ações que demandam  
13 parceria, aporte em recursos. Realçou também o direito de participação das pessoas nestes  
14 espaços de acompanhamento e deliberações de políticas, ainda que não tenham direito a voto.  
15 Verônica considera que é importante discussão nas comissões, para esmiuçar detalhamentos  
16 importantes das temáticas presentes nos territórios, lembrando ser papel do Conselho não só o  
17 acompanhamento, mas as deliberações de políticas públicas. A plano de ação do Centenário,  
18 como foi explicitado, será revisto, Verônica recordou que o COMVIVA faz parte de três territórios  
19 e precisa ser chamado para participar da elaboração/revisão do referido plano. Foi garantido,  
20 pela equipe do CIEDS, que outros atores sociais serão chamados para participar da confecção,  
21 revisão e aplicação do plano. O plano de ação integrado de Xikuru foi apresentado pelo  
22 representante do território, morador de Carapotós, ele refere laços com o CRAS do Xikuru, faz  
23 parte de um projeto em Carapotós, que atende 14 (catorze) crianças, nominado: *Sons da Serra*.  
24 Os temas prioritários expostos: fluxo de atendimento itinerante; ausência de atividades de lazer  
25 e esporte, de ensino médio. O objetivo: verificar a possibilidade de ajustes de horários, espaços  
26 e parcerias entre a escola e o CRAS. Verônica destacou que o Ministério Público identificou  
27 serviços que só funcionam a cada 15 (quinze) dias, como o de arte educador. A elevação do  
28 índice de adolescentes, oriundos de comunidades do campo, cumprindo medidas  
29 socioeducativa é outro tema que precisa ser discutido, conforme ressaltou a conselheira. A  
30 demanda pelo ensino médio, conforme aponta José Claudio (CIEDS), reflete a necessidade de  
31 investimento nesta área, como uma medida para diminuir o índice de criminalidade. No Sítio  
32 Cipó, voltou a denunciar Verônica, estão acontecendo festinhas, nas quais acontecem episódios  
33 de exploração sexual, de prostituição infantil. Isso é prioritário, e transcende fronteiras territoriais.  
34 Diante da afirmação de que o território de Xikuru é imenso, fazendo parte do segundo distrito,  
35 – o que é confuso, – a conselheira Verônica enfatizou a não existência de uma demarcação  
36 territorial, sendo isso também uma política pública. As temáticas mais abordadas nos planos,  
37 conforme explicitou Débora (CIEDS): Encontros de juventudes/protagonismo juvenil – Itaúna,  
38 Taquara, Rendeiras, Maria Auxiliadora; Saúde mental – Centenário, Taquara, Rendeiras, Maria  
39 Auxiliadora; Prevenção a violência doméstica e sexual – Centenário, Salgado, Vassoural e  
40 Prevenção ao trabalho infantil – Itaúna, Taquara, Rendeira. Pessoas presentes na reunião  
41 destacaram novamente que abuso sexual e drogas aparecem em todo o município, cidade e  
42 campo. Podem não ser temas falados explicitamente, mas estão presentes em todos os rincões

x



**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente de**

**Caruaru**

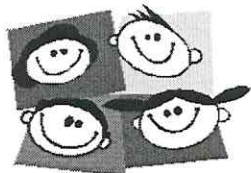
**Criado pela Lei Municipal nº 3.362/91**

**Rua Rádio Clube de Pernambuco, 47 -**

**Maurício de Nassau, Caruaru - PE**

**Fone/Fax 3719-1742**

1 da cidade. José Claudio sublinha a importância da prevenção, evitando, assim, que crianças e  
2 adolescentes enveredem pelo mundo das drogas e prostituição. Acrescentam, ainda, que  
3 meninos e meninas fora da escola estão mais propensos e vulneráveis, daí a importância da  
4 conclusão do ensino médio. Verônica, problematizando a questão, apontou a cultura da cidade  
5 que estimula nos meninos de 13 anos o trabalho e nas meninas desta mesma idade o  
6 casamento, na cidade sendo comum o seguinte entendimento: "Eu não aprendi a ler, eu vendo  
7 ali a minha sulanca, então, pra quê?". Assim, finaliza, necessário desconstruir este entendimento.  
8 O morador de Carapotós, representante do território Xikuru, acrescenta que na zona rural é  
9 comum o pessoa buscar recursos para comprar uma máquina para costurar bolso de roupas,  
10 não sendo tão frequente como outrora a criança ou adolescente ser visto na limpa do mato. Para  
11 finalizar, por enquanto, essa discussão, Verônica explicita o mecanismo inconsciente nosso,  
12 evidenciado pelo fato de acharmos "bonitinho" (sic.) crianças trabalhando, carregando frete,  
13 ajudando a tirar pelo; se não achamos bonito, não nos escandalizamos. Débora concluir dizendo  
14 da expectativa de que a sistematização possa servir como subsídio para a construção do PPA,  
15 para fortalecimento das políticas públicas. Um membro do CIEDS (José Claudio) expõe o  
16 seguinte: "[...] Será que não é possível aproveitar a estrutura dos territórios para começar, dentro  
17 do Conselho, pensar alguma estratégia de enfrentamento e aproveitar esses grupos dos  
18 territórios? [...] é o Conselho começar a perceber que essa estrutura de rede, com as comissões  
19 do territórios, ela também pode ser um braço importante do trabalho do Conselho". Neste ponto,  
20 o conselheiro Clemliton retruca, dizendo ser interessante quando se coloca como contribuição,  
21 para não ficarmos com o entendimento, em suas palavras, de estarmos "inventando a roda".  
22 Explicou haver inúmeras possibilidades de interação, de trabalho em rede, como no caso das  
23 drogas, que não respeitam fronteiras de bairro ou território, levando à organização das pessoas  
24 em função disso, por exemplo. É louvável, refere, a articulação em territórios, mas há outras  
25 formas de organização, de trabalho em rede: em função da realidade, da problemática, da  
26 abordagem de cada OS (freireana, para citar uma), do trabalho com crianças e adolescentes.  
27 Sublinha que o mais importante, em sua avaliação, é o conhecimento do trabalho do outro.  
28 Nesse sentido, defende que mais espaço precisa ser dado para que as pessoas se conheçam.  
29 As ações são feitas, mas o grande nó, para que os projetos sejam fortalecidos é a falta de  
30 recursos financeiros, venha do estado, do município, "venha de onde vir" (sic.), inclusive, como  
31 completa, era uma expectativa que se tinha no início, com esta possibilidade de interação, que  
32 houvesse condições de acessá-los. Destaca que esta equipe irá, outra chegará e que os  
33 trabalhos irão continuar a partir das tentativas de alcançar as crianças, adolescentes e suas  
34 famílias. Destaca ser importante esta compreensão, para se ter consciência do alcance e limite  
35 da nossa atuação. Uma componente da equipe do CIEDS neste ponto pergunta como está o  
36 processo de confecção do PPA, pois não tem conhecimento, a despeito de acompanhar as  
37 redes sociais do COMDICA e o diário oficial do município. Pergunta também o nome do  
38 conselheiro que acabou de falar. Aproveitando a pergunta, Clemliton refere que a falha de  
39 conhecer não só acontece nos territórios, acontece aqui, onde há três conselheiros,  
40 conselheiras. E finaliza que isso é para que cada um e cada uma possamos perceber as lacunas  
41 e nos aprimorarmos. Neste ponto, surge a pergunta sobre possíveis encaminhamentos do  
42 material obtido, das informações conseguidas, se mereceriam ser discutidas em seminário, se



**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e do Adolescente de  
Caruaru**

Criado pela Lei Municipal nº 3.362/91  
Rua Rádio Clube de Pernambuco, 47 -  
Maurício de Nassau, Caruaru - PE  
Fone/Fax 3719-1742

1 poderiam subsidiar os trabalhos realizados nos territórios, a partir do envolvimento dos  
2 conselhos. Verônica acha que além das assembleias, os assuntos precisariam ser debatidos  
3 nas comissões, como uma maneira de aprofundá-los e encaminhar ações. Debatidos nas  
4 comissões podem e devem os assuntos serem apresentados e melhor discutidos nas reuniões  
5 de pleno. Concorde, por fim, Verônica com o conselheiro, referindo faltar dinheiro e que as  
6 ações precisam ser adotadas como políticas públicas. A conselheira Josefa (Cida) complementa  
7 referindo a necessária união e troca de experiências que precisa acontecer entre as pessoas  
8 partícipes dos diversos serviços, da rede de proteção da criança e do adolescente. Não  
9 havendo nada mais a tratar, a vice-presidente agradeceu a presença das pessoas presentes e  
10 deu por encerrada a reunião. Encerrada a reunião, eu, Clemiton Fernando Barbosa Tabosa,  
11 secretário, lavrei a ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros/as presentes.

*[Handwritten signature]*

*Paulo A.S. Silva*  
*Clemiton F. B. Tabosa*

